



CÓD: SL-043JL-22
7908433224600

TRT-MT

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

600 questões Gabaritadas- Oficial Judiciário

CADERNO GABARITADO



ÍNDICE

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática	47
3. Raciocínio-Lógico	53
4. Noções de Estatísticas	61
5. Direito Constitucional.....	67
6. Direito Administrativo	87
7. Orçamento Público	107
8. Gestão de Pessoas	113
9. Direito Tributário.....	115
10. Direito do Trabalho	133
11. Direito Processual do Trabalho	153
12. Direito Civil	169
13. Direito Processual Civil	173

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 3ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/CONTABILIDADE/2015 (E MAIS 2 CONCURSOS))

Está redigida corretamente, quanto à ortografia e à acentuação gráfica, a frase:

- (A) A louza tradicional foi substituída por uma exposição em PowerPoint na aula que teve como expectadores uma equipe de insígnies cientistas chineses.
- (B) O intuito da aula de Xiaomei consistiu em exibir as habilidades da robô, que, além de dispor de um notável repertório de informações, traz funções de interação.
- (C) O evento ocorrido na Universidade Jiujiang deve suscitar não apenas a curiosidade dos sinólogos, estudiosos da cultura chinesa, mas do público de um modo geral.
- (D) Xiaomei concluiu sua aula de maneira exitosa e os cientistas julgaram que a robô não teve um mal desempenho, embora ainda existam alguns ítems a ser aprimorados.
- (E) O júri de cientistas que examinaram a atuação de Xiaomei era restrito, mas, graças às redes sociais, a notícia da robô se estendeu rapidamente pelo mundo todo.

2.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 19ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2011 (E MAIS 1 CONCURSO))

Quanto à ortografia, há INCORREÇÕES na frase:

- (A) O crescimento da classe C tem tido uma importância incomensurável para o comércio, mas vem ocasionando também uma elevação na taxa de inadimplência, o que é perturbador.
- (B) Milhões de pessoas têm sido beneficiadas com o crescimento econômico que se vê no país, saltando da classe D para a C, algo que há poucos anos não pareceria factível.
- (C) Alguns especialistas vêm disseminando a teoria de que, a partir da distribuição de riqueza por meio da geração de milhões de novos empregos, a classe E deixe de existir.

(D) Os “consumidores emergentes”, como vêm sendo chamados os novos integrantes da classe C, ainda têm dificuldade em poupar e adquirem grande parcela de produtos a crédito.

(E) Sabe-se que a ascensão da classe D tem proporcionado um aumento expressivo do consumo de bens duráveis, o que pode acelerar sobremaneira esse mercado.

3.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 19ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2011)

Atenção: Para responder à questão, considere o texto seguinte.

Começamos a nos dar conta de que, no que se refere ao mesmo serviço, a oferta online é preferida pelos consumidores à oferta local, e isso em todos os domínios. Tudo o que está online conhecerá um desenvolvimento rápido, geralmente em detrimento das ofertas puramente locais, e pela simples razão de que o ciberespaço oferece globalmente mais escolhas, por um preço melhor. A menos que reinventem radicalmente os serviços que oferecem, as pequenas lojas tenderão a desaparecer, salvo aquelas que prestam um serviço original ou difícil de virtualizar.

(Adaptado de: Pierre Lévy. A conexão planetária.

Trad. Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo, Ed. 34, 2003, p. 52)

Estão grafadas corretamente todas as palavras da frase:

- (A) O mercado mais atraente é necessariamente aquele que possui mais produtos disponíveis.
- (B) Com o advento da internet, deparamos com uma imensa cidade virtual, onde há os melhores preços do mercado.
- (C) A escassez de mercadorias no campo foi determinante para explicar o porque dos homens se agruparem nas cidades.
- (D) As empresas virtuais vêm se tornando concorrentes desleais das que se encontram no mundo físico.
- (E) O mercado de relacionamentos virtuais assistiu a um avanço discomunal com a consolidação da internet.

MATEMÁTICA

MATEMÁTICA

1.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 1ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA/2014)

No enquadramento de determinados elementos verificou-se que todos se enquadram na categoria J; nem todos, mas alguns se enquadram na categoria K; nem todos, mas alguns se enquadram na categoria L; nem todos, mas alguns se enquadram na categoria M, estes porém, não se enquadram, em hipótese alguma, na categoria L. Sendo assim, um elemento que se enquadra na categoria K

- (A) não está enquadrado na categoria M, mas está enquadrado na categoria J.
- (B) pode estar enquadrado na categoria M e também estar enquadrado na categoria L.
- (C) pode estar enquadrado na categoria L, mas não na categoria M.
- (D) pode não estar enquadrado na categoria J.
- (E) está enquadrado na categoria L.

2.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018 (E MAIS 1 CONCURSO))

Em uma empresa com 120 funcionários, 42 recebem vale-transporte e 95 recebem vale-refeição. Sabendo que todos os funcionários da empresa recebem ao menos um desses dois benefícios, o total de funcionários que recebem ambos os benefícios é igual a

- (A) 25.
- (B) 17.
- (C) 15.
- (D) 19.
- (E) 20.

3.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Em um determinado departamento, todos os funcionários são ou advogados, ou economistas, ou advogados e economistas. Sabe-se que 5 funcionários são

apenas economistas, e que 15 funcionários são advogados, sendo que parte destes também são economistas. Se 45% dos funcionários desse departamento são advogados e economistas, então o número de funcionários do departamento que são apenas advogados é igual a

- (A) 7.
- (B) 8.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

4.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 11ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017 (E MAIS 13 CONCURSOS))

Para um concurso foram entrevistados 970 candidatos, dos quais 527 falam inglês, 251 falam francês, 321 não falam inglês nem francês. Dos candidatos entrevistados, falam inglês e francês, aproximadamente,

- (A) 13%.
- (B) 18%.
- (C) 9%.
- (D) 11%.
- (E) 6%.

5.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 11ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017 (E MAIS 13 CONCURSOS))

Uma construtora convoca interessados em vagas de pedreiros e de carpinteiros. No dia de apresentação, das 191 pessoas que se interessaram, 113 disseram serem aptas para a função pedreiro e 144 disseram serem aptas para a função carpinteiro. A construtora contratou apenas as pessoas que se declararam aptas em apenas uma dessas funções. Agindo dessa maneira, o número de carpinteiros que a construtora contratou a mais do que o número de pedreiros foi igual a

- (A) 65.
- (B) 47.
- (C) 31.
- (D) 19.
- (E) 12.

RACIOCÍNIO-LÓGICO

RACIOCÍNIO-LÓGICO

1.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004 (E MAIS 12 CONCURSOS)

Admita que, a cada semana, um processo seja arquivado em um fórum. Uma proposição aberta, com x sendo um número natural, equivalente à sentença interrogativa "em quantas semanas são arquivados mais de 210 processos nesse fórum?" é:

- (A) $210x > 7$
- (B) $210x = 7$
- (C) $7 + x = 210$
- (D) $7x = 210$
- (E) $7x > 210$

2.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 7ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA/2009)

Duas proposições combinadas que traduzem tanto a idéia de hipóteses mutuamente exclusivas quanto à de que pelo menos uma das hipóteses ocorra, representam uma operação lógica denominada

- (A) bicondicional.
- (B) condicional.
- (C) negação.
- (D) conjunção.
- (E) disjunção.

3.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/2014 (E MAIS 7 CONCURSOS)

Durante um comício de sua campanha para o Governo do Estado, um candidato fez a seguinte afirmação:

"Se eu for eleito, vou asfaltar 2.000 quilômetros de estradas e construir mais de 5.000 casas populares em nosso Estado."

Considerando que, após algum tempo, a afirmação revelou-se falsa, pode-se concluir que, necessariamente,

- (A) o candidato não foi eleito e não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas no Estado.
- (B) o candidato não foi eleito, mas foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.
- (C) o candidato foi eleito, mas não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas no Estado.
- (D) o candidato foi eleito e foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.
- (E) não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas ou não foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.

4.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 1ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/EXECUÇÃO DE MANDADOS/2013)

Leia os Avisos I e II, colocados em um dos setores de uma fábrica.

Aviso I

Prezado funcionário,
se você não realizou o curso específico, então não pode operar a máquina M.

Aviso II

Prezado funcionário,
se você realizou o curso específico, então pode operar a máquina M.
Paulo, funcionário desse setor, realizou o curso específico, mas foi proibido, por seu supervisor, de operar a máquina M. A decisão do supervisor

- (A) opõe-se apenas ao Aviso I.
- (B) opõe-se ao Aviso I e pode ou não se opor ao Aviso II.
- (C) opõe-se aos dois avisos.
- (D) não se opõe ao Aviso I nem ao II.
- (E) opõe-se apenas ao Aviso II.

5.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2012 (E MAIS 1 CONCURSO)

Um mecânico sabe que todo veículo de determinada marca, quando apresenta algum problema no sistema de freios, automaticamente aciona um bloqueio que impede que seja dada a partida no veículo. Dois veículos X e Y dessa marca foram levados à oficina desse mecânico com algum problema. No veículo X, a

NOÇÕES DE ESTATÍSTICAS

NOÇÕES DE ESTATÍSTICAS

1.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 14ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2018)

De um histograma e uma tabela de frequências absolutas, elaborados para analisar a distribuição dos salários dos empregados em uma empresa, obtém-se a informação que 24 empregados ganham salários com valores pertencentes ao intervalo (2.000; 4.000], em reais, que apresenta uma densidade de frequência de $0,75 \times 10^{-4}$ (R\$)-1.

Densidade de frequência de um intervalo é o resultado da divisão da respectiva frequência relativa pela amplitude deste intervalo. Em um intervalo do histograma que está sendo analisado, com uma amplitude de R\$ 3.000,00 e uma densidade de frequência de 1×10^{-4} (R\$)-1, tem-se que o correspondente número de empregados é igual a

- (A) 40.
- (B) 36.
- (C) 30.
- (D) 48.
- (E) 42.

2.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 20ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2016)

Um gráfico corresponde a um histograma apresentando a distribuição dos salários dos funcionários lotados em um determinado órgão público. No eixo das abscissas constam os intervalos de classe (fechados à esquerda e abertos à direita) dos salários em R\$ e no eixo das ordenadas as respectivas densidades de frequências em (R\$) -1. Densidade de frequência de um intervalo é definida como sendo o resultado da divisão da respectiva frequência relativa pela correspondente amplitude do intervalo. Se 135 funcionários ganham salários com valores pertencentes ao intervalo [3.000, 6.000) com uma densidade de frequência de 1×10^{-4} (R\$) -1, então o número de funcionários que ganham salários com valores pertencentes ao intervalo [6.000, 8.000) com uma densidade de frequência de 2×10^{-4} (R\$) -1 é igual a

- (A) 300
- (B) 180
- (C) 270
- (D) 150
- (E) 90

3.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 3ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2015)

Em um histograma representando os preços unitários de microcomputadores em estoque, observa-se que no eixo das abscissas constam os intervalos de classe em R\$ e no eixo das ordenadas as respectivas densidades de frequências em (R\$)- 1. Densidade de frequência de um intervalo de classe é o resultado da divisão da respectiva frequência relativa pela correspondente amplitude do intervalo. Um determinado intervalo de classe com amplitude igual a R\$ 2.500,00 apresenta uma densidade de frequência, em (R\$)- 1, igual a $12,8 \times 10^{-5}$. Se o número de microcomputadores deste intervalo é igual a 48, então o número total de microcomputadores em estoque é igual a

- (A) 150.
- (B) 120.
- (C) 240.
- (D) 160.
- (E) 96.

4.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 12ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2013)

Os salários dos n empregados em um determinado ramo de atividade estão representados em um histograma em que no eixo das ordenadas estão assinaladas as respectivas densidades de frequência, em (R\$)-1 para cada intervalo de classe indicado no eixo das abscissas. Define-se densidade de frequência de classe como sendo o resultado da divisão da respectiva frequência relativa (f i) pela correspondente amplitude do intervalo (Δi) Um determinado intervalo de classe do histograma corresponde aos salários maiores ou iguais a R\$ 3.000,00 e menores que R\$ 5.000,00 com uma densidade de frequência (f i / Δi) igual a $1,2 \times 10^{-4}$ (R\$)-1. Se o número de salários deste intervalo de classe é igual a 3.600, então n é igual a

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

No que diz respeito à estrutura das constituições, considere como componentes, dentre outros:

I. os consagrados nas normas destinadas a assegurar a solução dos conflitos constitucionais, a defesa da constituição, do Estado e das instituições democráticas, premunindo os meios e técnicas contra sua alteração e infringência.

II. os que se manifestam nas normas que consubstanciam o elenco dos direitos e garantias fundamentais, com exceção dos Direitos Sociais, que se enquadram em outra categoria.

Esses componentes são conhecidos, respectivamente, como elementos

- (A) limitativos e orgânicos.
- (B) de estabilização constitucional e limitativos.
- (C) formais de aplicabilidade e sócio-ideológicos.
- (D) orgânicos e formais de aplicabilidade.
- (E) sócio-ideológicos e de estabilização constitucional.

2. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/EXECUÇÃO DE MANDADOS/2004)

Tendo em vista a classificação das constituições considere:

I. A Constituição formada por um plebiscito popular sobre um projeto elaborado por uma Junta Governativa ou por um Ditador.

II. A Constituição como sendo o peculiar modo de existir do Estado, reduzido, sob forma escrita, a um documento solenemente estabelecido pelo poder constituinte e somente modificável por processos especiais e normas de conduta especiais nela própria estabelecidos.

Essas afirmações, dizem respeito, respectivamente, às constituições

- (A) cesarista e formal.
- (B) outorgada e material.
- (C) rígida e flexível.
- (D) rígida e semi-rígida.
- (E) não escrita e escrita.

3. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2016)

Dispõe o artigo 18, § 2º, da Constituição Federal: *"Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar"*.

De acordo com a classificação de aplicabilidade das normas constitucionais, o art. 18, § 2º da Constituição Federal de 1988 é uma norma de

- (A) eficácia contida.
- (B) eficácia plena.
- (C) princípio programático.
- (D) princípio institutivo ou organizativo.
- (E) eficácia controlada.

4. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

O enunciado é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer é considerado como norma constitucional

- (A) de eficácia contida.
- (B) de eficácia plena.
- (C) meramente programática.
- (D) de eficácia limitada.
- (E) de direito coletivo absoluto.

5. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/EXECUÇÃO DE MANDADOS/2004)

A norma constitucional *a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada* é considerada como

- (A) de eficácia absoluta.
- (B) de eficácia plena.
- (C) programática relativa.
- (D) de eficácia relativa restringível.
- (E) de direito coletivo dependente de complementação legislativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 18ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2013

A Administração pública tem como finalidade

- (A) a prestação de serviços aos cidadãos.
- (B) a conservação e aprimoramento de bens públicos.
- (C) a limitação dos princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas.
- (D) a ampliação da estrutura constitucional do Estado.
- (E) o estabelecimento de alicerces da formalidade e da materialidade.

2.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 24ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Em importante julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, foi considerada inconstitucional lei que destinava verbas públicas para o custeio de evento cultural tipicamente privado, sem amparo jurídico-administrativo. Assim, entendeu a Corte Suprema tratar-se de favorecimento a seguimento social determinado, incompatível com o interesse público e com princípios que norteiam a atuação administrativa, especificamente, o princípio da

- (A) presunção de legitimidade restrita.
- (B) motivação.
- (C) impessoalidade.
- (D) continuidade dos serviços públicos.
- (E) publicidade.

3.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 24ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Em importante julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, reconheceu a Corte Superior a impossibilidade de acumulação de cargos públicos de profissionais da área da saúde quando a jornada de trabalho superar sessenta horas semanais. Assim, foi considerada a legalidade da limitação da jornada de trabalho do profissional de saúde para sessenta horas semanais, na medida em que o profissional da área da saúde precisa estar em boas condições físicas e mentais para bem exercer as suas atribuições, o que certamente depende de adequado descanso no intervalo entre o final de uma jornada de trabalho e o início da outra, o que é impossível em condições de

sobrecarga de trabalho. Tal entendimento está em consonância com um dos princípios básicos que regem a atuação administrativa, qual seja, o princípio da

- (A) publicidade.
- (B) motivação.
- (C) eficiência.
- (D) moralidade.
- (E) impessoalidade.

4.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 21ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

É princípio orientador das atividades desenvolvidas pela Administração pública, seja por intermédio da Administração direta, seja pela Administração indireta, sob pena de irresignação judicial, a

- (A) impessoalidade, tanto na admissão de pessoal, sujeita à exigência de prévio concurso público de provas ou de provas e títulos para preenchimento de cargos, empregos públicos, quanto na prestação dos serviços em geral pela Administração pública, vedado qualquer direcionamento.
- (B) legalidade, que impede que a Administração pública se submeta a atos normativos infralegais.
- (C) moralidade, desde que associada a outros princípios e regras previstos em nosso ordenamento jurídico.
- (D) eficiência, que impede a contratação direta de serviços pela Administração pública, garantindo a plena competição entre os interessados e sempre o menor preço para o erário público.
- (E) publicidade, que exige a publicação em Diário Oficial da íntegra dos atos e contratos firmados pela Administração, além da motivação de todos os atos administrativos unilaterais.

5.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/2016)

O Supremo Tribunal Federal, em importante julgamento, considerou legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias, não havendo qualquer ofensa à Constituição Federal, bem como à privacidade, intimidade e segurança dos servidores. Pelo contrário,

ORÇAMENTO PÚBLICO

ORÇAMENTO PÚBLICO

1. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/2018

Os princípios orçamentários, extraídos da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional que disciplina a matéria, contemplam, entre outros, o

(A) da universalidade, de acordo com o qual o orçamento deve compreender obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, órgãos, fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento.

(B) da não afetação, de acordo com o qual o orçamento não pode consignar destinação de tributos, incluídas taxas, a fundos de despesa, vedando também a vinculação de produto de imposto a garantias perante a União.

(C) do equilíbrio, que proíbe a aprovação de orçamento com previsão de déficit, salvo em comprovada situação de constrição econômica, condicionada a realizações de operações de antecipação de receita orçamentária;

(D) da exclusividade, que proíbe a inclusão no orçamento de matéria estranha à previsão de receita e fixação de despesas para o exercício, determinando, assim, que as operações de crédito e receitas extraordinárias estejam previstas em peça autônoma.

(E) da discriminação, que determina a alocação das receitas orçamentárias às despesas correspondentes, mediante empenho previsto na peça orçamentária, realizado de acordo com a categoria funcional correspondente.

2. FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Um dos princípios orçamentários consagrados na Constituição Federal é o da não afetação de receitas de impostos. Constitui exemplo de violação ao referido princípio:

(A) oferecimento, por determinado Estado, de produto de IPVA para garantia à União de empréstimo concedido.

(B) criação de taxa dirigida ao custeio de determinada atividade administrativa (poder de polícia).

(C) criação de fundo de despesa com vinculação de receitas provenientes da cobrança de tarifa por serviços prestados aos usuários.

(D) fixação em lei que institui programa habitacional de destinação de percentual de ICMS para consecução de seus objetivos.

(E) destinação de produto de imposto estadual a Fundo de Participação dos Municípios.

3. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Suponha que o chefe do Poder Executivo de um Estado brasileiro incluiu no Projeto de Lei Orçamentária Anual um dispositivo que determina a forma de utilização da Reserva de Contingência para o atendimento dos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Entretanto, a inclusão de tal dispositivo na Lei Orçamentária Anual

(A) não deve ser aprovada porque fere o princípio orçamentário da exclusividade.

(B) não deve ser aprovada porque deve constar na Lei do Plano Plurianual.

(C) deve ser aprovada para atender o princípio orçamentário do orçamento bruto.

(D) deve ser aprovada e o montante da Reserva de Contingência deve ser autorizado pelo Poder Judiciário.

(E) deve ser aprovada, desde que o texto seja exatamente igual ao que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

4. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 15ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Um servidor investido em cargo da área de orçamento deverá observar os vários princípios norteadores do orçamento público, pelos quais fica estabelecido que

(A) todos os órgãos e entidades do ente governamental, em obediência ao princípio da universalidade, deverão estar compreendidos, junto com os Poderes desse mesmo ente, em uma só lei de orçamento anual.

DIREITO TRIBUTÁRIO

DIREITO TRIBUTÁRIO

1.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 20ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2016)

De acordo com o Código Tributário Nacional, a exação cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, denomina-se

- (A) empréstimo compulsório, quando sua ocorrência for eventual.
- (B) imposto, tanto quando a competência for da União, como quando for dos Estados ou dos Municípios.
- (C) expectativa de benefício, decorrente de pagamento de contribuição social.
- (D) taxa, pelo uso potencial de serviço público específico e divisível.
- (E) preço público, por serviço a ser prestado em exercício futuro.

2.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 3ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/CONTABILIDADE/2015)

As custas processuais devidas ao Poder Judiciário quando do processamento de ações e recursos judiciais têm natureza jurídica de

- (A) tarifa.
- (B) taxa pela prestação efetiva de serviço público específico e divisível efetivamente prestado ao contribuinte.
- (C) taxa pela prestação efetiva ou compulsória de serviço público indivisível colocado à disposição do contribuinte.
- (D) taxa pelo exercício regular do poder de polícia.
- (E) contribuição especial de interesse de categoria profissional ou econômica.

3.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 3ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2015)

A Constituição Federal traz como regra-matriz de incidência a importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível e que pode ter alíquota diferenciada por produto ou uso; reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, além de receitas destinadas, dentre outros, “ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Essa assertiva se refere

- (A) a uma contribuição de intervenção no domínio econômico, de competência exclusiva da União.
- (B) ao imposto de importação incidente sobre combustíveis.
- (C) ao imposto sobre circulação de mercadorias, quando tem por objeto combustíveis, ainda que provenientes do exterior.
- (D) aos impostos de importação e de circulação de mercadorias, respectivamente, ambos de competência da União.
- (E) à COFINS incidente sobre as operações com combustível, que é uma contribuição de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

4.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 20ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2016)

É da União a competência para instituir o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. De acordo com as regras que disciplinam as limitações do poder de tributar, insculpidas na Constituição Federal, a exigência, aumento e cobrança deste imposto estão sujeitos à observância de vários princípios, dentre os quais se encontram os da

- (A) anterioridade, legalidade e irretroatividade.
- (B) anterioridade nonagesimal (noventena), legalidade e rentabilidade tributável.
- (C) legalidade, rentabilidade tributável e alcance tributável.
- (D) anterioridade, anterioridade nonagesimal (noventena) e irretroatividade.
- (E) alcance tributável, anterioridade nonagesimal (noventena) e irretroatividade.

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO DO TRABALHO

1. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Invocando a regra da condição mais benéfica ao empregado, que se insere no princípio da proteção peculiar ao Direito do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) Havendo conflito entre duas normas jurídicas, prevalece a mais favorável ao empregado.
- (B) Havendo dúvida quanto ao alcance da norma tutelar, julga-se a favor do empregado.
- (C) As normas legais não prevalecem diante de normas instituídas por convenção ou acordo coletivo, por terem esta destinação mais específica.
- (D) A supressão de direitos trabalhistas instituídos por regulamento de empresa só alcança os empregados admitidos posteriormente.
- (E) As condições estabelecidas em convenção coletiva de trabalho, quando mais favoráveis, prevalecem sobre as estipuladas em acordo.

2. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2018 (E MAIS 16 CONCURSOS)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- (A) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, apenas para os que percebem remuneração fixa.
- (B) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, independentemente de incorrer em dolo ou culpa.
- (C) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador autônomo.
- (D) assistência gratuita aos filhos desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.
- (E) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

3. FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

O artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho elenca algumas fontes subsidiárias ou supletivas do Direito do trabalho, NÃO se incluindo

- (A) direito comparado.
- (B) jurisprudência.
- (C) analogia.
- (D) usos e costumes.
- (E) convenção coletiva de trabalho.

4. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Acerca das fontes do Direito do Trabalho, considere:

I. As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, apenas pela jurisprudência, por analogia, por equidade, pelo direito comparado e outros princípios e normas gerais de direito, admitindo-se, excepcionalmente, que um interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

II. Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.

III. No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho, além de analisar a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico (agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei), poderá anular cláusulas coletivas com base em juízos de valor sobre o pactuado, balizando sua atuação pelo princípio da intervenção adequada na autonomia da vontade coletiva.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I e II.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta um rol dos recursos admitidos no Processo Judiciário do Trabalho, dentre os quais estão incluídos

(A) embargos no Tribunal Superior do Trabalho de decisão não unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.

(B) agravos de instrumentos retidos para decisões interlocutórias que possam gerar nulidade processual.

(C) embargos infringentes para turma recursal de primeira instância nas ações que tramitam pelo rito sumário.

(D) apelações contra acórdão do Tribunal Regional onde não houve unanimidade na Turma.

(E) recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça em caso de ofensa literal à Constituição Federal.

2. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho quanto à sentença, coisa julgada e liquidação,

(A) no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível para partes e terceiros, visto que reproduz a livre vontade dos litigantes, com a chancela do Estado-Juiz.

(B) as partes serão intimadas da sentença proferida em reclamação trabalhista que tramita pelo rito sumaríssimo na própria audiência em que prolatada, como regra.

(C) não há previsão para liquidação da sentença trabalhista por arbitramento, mas apenas por cálculos ou por artigos.

(D) na liquidação da sentença, excepcionalmente, poder-se-á discutir matéria pertinente à causa principal, inovando a sentença liquidanda, quando houve omissão no julgado em relação a um dos pedidos principais.

(E) elaborada a conta e tornada líquida, o juiz deverá abrir prazo comum de, no máximo, 5 dias para que as partes se manifestem, não havendo preclusão, pois a matéria relativa aos itens e valores poderá ser rediscutida em sede de embargos à execução.

3. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Segundo as normas processuais trabalhistas sobre o procedimento sumaríssimo,

(A) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente, no prazo de 48 horas que antecede a sessão.

(B) tanto a citação por hora certa como a por edital deverão conter a correta indicação do nome e endereço do reclamado.

(C) os dissídios individuais e coletivos que não excedam sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do fato gerador do pedido ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

(D) as testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

(E) se uma das partes apresentar documentos em audiência a parte contrária terá o prazo sumário de 24 horas para se manifestar, devendo, necessariamente, ser adiada a audiência para o prazo máximo de 5 dias.

4. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) No início da audiência designada em reclamatória trabalhista, por não ter convidado nenhuma testemunha e prevendo o seu insucesso, o autor Hércules provocou um incidente tumultuário ameaçando o Juiz auxiliar da Vara de Lucas do Rio Verde e declarando, em público, que era inimigo pessoal do magistrado. Em razão do ocorrido, o patrono do autor apresentou no ato exceção de suspeição do referido Juiz, postulando o adiamento da audiência, para que não fosse configurada nulidade processual. Nessa situação, conforme disposição legal, o magistrado deve

DIREITO CIVIL

DIREITO CIVIL

1. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Marcelo praticou crime de roubo contra um supermercado, subtraindo R\$ 10.000,00, dos quais doou R\$ 2.000,00 a seu irmão José. Descoberta a autoria do crime, bem como a ocorrência da doação, o supermercado ajuizou ação de indenização contra Marcelo e contra José, visando à reparação do dano. José

(A) responderá apenas se comprovada culpa, até a quantia de R\$ 2.000,00.

(B) responderá, de maneira objetiva, até a quantia de R\$ 2.000,00.

(C) responderá, de maneira objetiva, até a quantia de R\$ 10.000,00.

(D) não responderá por nenhuma quantia, ainda que proveniente de ilícito.

(E) responderá, apenas se comprovada culpa, até a quantia de R\$ 10.000,00.

2. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Jorge vendeu um imóvel a Plínio. Plínio, por sua vez, vendeu um veículo a Jorge. As partes não convencionaram quem arcaria com as despesas com escritura e registro do imóvel, nem com as da tradição do veículo. Neste caso, de acordo com o Código Civil,

(A) Jorge arcará com as despesas com escritura e registro do imóvel e também com as da tradição do veículo.

(B) Plínio arcará com as despesas com escritura e registro do imóvel e Jorge com as da tradição do veículo.

(C) Plínio arcará com as despesas com escritura e registro do imóvel e também com as da tradição do veículo.

(D) Jorge arcará com as despesas com escritura e registro do imóvel e Plínio com as da tradição do veículo.

(E) Plínio e Jorge arcarão, em parte iguais, com as despesas com escritura e registro do imóvel e com as da tradição do veículo.

3. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Carlos abalroou veículo em ambulância que conduzia Paulo, pessoa relativamente incapaz, causando-lhe lesões corporais. Passados 4 anos, Paulo ajuizou ação de indenização contra Carlos. A pretensão

(A) prescreveu depois de 3 anos, pois corre a prescrição contra o relativamente incapaz, o qual tem ação contra o assistente, se este houver dado causa à prescrição.

(B) não prescreveu, pois prescreve em 5 anos a pretensão à reparação civil.

(C) prescreveu depois de 3 anos, pois corre a prescrição contra o relativamente incapaz, o qual não tem ação contra o assistente, ainda que este tenha dado causa à prescrição.

(D) não prescreveu, pois prescreve em 10 anos a pretensão à reparação civil.

(E) não prescreveu, pois não corre a prescrição contra o relativamente incapaz.

4. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Janete é filha de Gildete, que possui muitos bens. Considerar-se-á, em caso de conflito de leis no tempo, que Janete possui, em relação à futura herança de Gildete, que ainda está viva,

(A) direito sob condição suspensiva, que se equipara a direito adquirido.

(B) mera expectativa de direito.

(C) direito adquirido.

(D) direito sob condição suspensiva, que não se equipara a direito adquirido.

(E) direito a termo, inalterável ao arbítrio de Gildete, que se equipara a direito adquirido.

5. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) Rogério comprou um carro de Vitor, a quem foi conferido, expressamente, o direito de fixar o preço, por seu exclusivo arbítrio. Fixado o preço, Rogério externou o desejo de desistir da compra, em razão do alto valor atribuído ao bem. Com isto, Vitor não chegou a entregar o bem. O contrato de compra e venda

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal) Gabriel, pessoa capaz, foi revel em ação na qual Marcelo formulou pedido de condenação. Gabriel não possui patrono nos autos. Em razão da revelia,

(A) se Gabriel vier a intervir no processo, o Juiz deverá dar nova oportunidade para apresentação de contestação.

(B) o pedido de Marcelo será necessariamente acolhido, pois a revelia induz presunção absoluta de veracidade dos fatos afirmados na inicial.

(C) o Juiz deverá nomear curador especial para Gabriel, o qual poderá contestar por negativa geral, invertendo-se o ônus da prova.

(D) o Juiz determinará a intimação pessoal de Gabriel a fim de que compareça nos autos, sob pena de confesso.

(E) os prazos, em relação a Gabriel, correrão independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.

2. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal) Telma emprestou R\$ 10.000,00 para Ana Paula, pessoa maior e capaz. Esta, porém, não devolveu o dinheiro na data apazada. Em razão do inadimplemento, Telma ajuizou ação contra a mãe de Ana Paula, Odete, que possui melhores condições financeiras que a filha. De acordo com o Código de Processo Civil, o juiz deverá

(A) extinguir o processo com resolução de mérito, conhecendo, de ofício, da ilegitimidade de parte.

(B) aguardar a resposta de Odete e extinguir o processo sem resolução de mérito, mas apenas se, na contestação, for suscitada ilegitimidade de parte, vedado conhecer da matéria de ofício.

(C) extinguir o processo sem resolução de mérito, conhecendo, de ofício, da ilegitimidade de parte.

(D) aguardar a resposta de Odete e extinguir o processo com resolução de mérito, mas apenas se, na contestação, for suscitada ilegitimidade de parte, vedado conhecer da matéria de ofício.

(E) corrigir, de ofício, o polo passivo, incluindo Ana Paula, que responderá junto com Odete pela dívida contraída com Telma.

3. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Analista Judiciário - Área Administrativa) Determinada autarquia do Estado do Mato Grosso foi condenada a pagar indenização a um de seus servidores. Após a condenação, utilizou-se do prazo em quádruplo para recorrer, e, na fase de execução da condenação, alegou a impossibilidade de arcar com a indenização por não ter patrimônio próprio. A propósito dos fatos,

(A) incorreto o prazo recursal, que é em dobro para recorrer, bem como o fundamento do patrimônio, pois a autarquia tem patrimônio próprio.

(B) correto tanto o prazo recursal, como o argumento relativo ao patrimônio.

(C) correto o prazo recursal, mas incorreto o fundamento do patrimônio, pois a autarquia tem patrimônio próprio.

(D) incorreto o prazo recursal, que, na hipótese, é prazo simples, mas correto o fundamento do patrimônio.

(E) incorreto o prazo recursal, que, na hipótese, é em dobro, mas correto o fundamento do patrimônio.

4. (FCC - 2015 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Juiz do Trabalho Substituto) Quando o novo Código de Processo Civil entrar em vigor

(A) serão atingidos todos os processos e atos processuais em curso, tendo em vista o efeito imediato da lei nova, salvo quanto aos atos que constituírem direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.

(B) serão atingidos todos os processos, incluindo os que possuam decisão transitada em julgado, tendo em vista o efeito retroativo da lei processual.

(C) serão atingidos todos os processos em curso, sem exceção de qualquer ato, tendo em vista o efeito retroativo da lei processual.

(D) todos os processos em curso, assim como os atos processuais posteriores ao início da vigência da nova lei, continuarão regidos pelo Código de Processo Civil atual.

(E) serão atingidos todos e quaisquer processos e atos processuais, tendo em vista o efeito imediato da lei processual, com exceção apenas das decisões transitadas em julgado.